

DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO: ANÁLISES PRELIMINARES DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Prof. Me. Rogerio Tineu

RESUMO

Este artigo analisa alguns aspectos da desigualdade e da segregação socioespacial da população negra da cidade de São Paulo. Os aspectos analisados emergem dos resultados do estudo "Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios", realizado pela SMPIR -Secretaria Municipal da Promoção Social da Igualdade Racial - no ano de 2013. As comparações das variáveis, renda, educação superior e local de moradia são realizadas entre os moradores da porção sudoeste da cidade e os moradores da periferia.

Palavras-chave: Desigualdade. Segregação. Negro. Metrópole.

ABSTRACT

This article examines some aspects of inequality and socio-spatial segregation of the black population of the city of São Paulo. As regards to emerge from the study results " Racial Equality in São Paulo: Progress and Challenges " conducted by SMPIR - Municipal Secretariat of Social Promotion of Racial Equality - in 2013. Comparisons of variables , income, education and place of residence are held between residents of the southwestern portion of the city and residents of the periphery.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho centra sua análise em alguns resultados do estudo "Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios" realizado pela SMPIR Secretaria Municipal da Promoção Social da Igualdade Racial, no ano de 2013, os resultados do estudo foram extraídos do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, da Relação Anual de Informações Sociais- RAIS do Ministério do Trabalho e do Sistema de Informações sobre Mortalidade de 2013 do Ministério da Saúde.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a cidade de São Paulo conta com 11.253.503 habitantes. Destes, 37% se autodeclarou negra (soma de pardos e negros), 2,2%, amarela, e 60,6% se autodeclarou branca. Embora haja predomínio de pessoas brancas na cidade de São Paulo, o

percentual de pessoas negras é expressivo, representando mais de um terço dos moradores da metrópole.

As Subprefeituras, que foram utilizadas como unidades de análise, são divisões espaciais dentro do município de São Paulo que possuem autonomia administrativa em relação ao poder central, a Prefeitura Municipal.

Essas subprefeituras cuidam das questões territoriais e populacionais locais, como: manutenção do sistema viário, rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica e atendem de forma rápida as demandas da população dentro de sua jurisdição. A cidade possui 31 subprefeituras que, por sua vez, são divididas em distritos, que compõem 96 subdivisões administrativas.

São Paulo como uma cidade dividida socioespacialmente reproduz as contradições de uma população pobre que sofre com a desigualdade socioeconômica e ainda lhe é imposta uma segregação espacial que a coloca longe do emprego, dos equipamentos de lazer e da educação de melhor qualidade, elementos esses capazes de promoverem a sociabilidade do pobre e do negro com os demais indivíduos das porções mais ricas da cidade. Nesse sentido, a situação do negro morador da periferia ainda é mais grave, pois o racismo no Brasil não é de origem como nos Estados Unidos, mas sim de marca, é o caso do mestiço que tendo traços negroides é discriminado já o mestiço que têm traços caucasoides é socialmente aceito pelos brancos, ele é tido como branco, conforme descrito pelo Prof. Oracy Nogueira em entrevista concedida a Lilia Moritz Schwarcz (2006).

A sociabilidade do negro se daria, efetivamente, pela ponte do ensino superior e técnico como um primeiro estágio e, posteriormente, no mundo do trabalho. A condição formal de ser possuidor de um título de bacharel, talvez fosse seu "passaporte" para mostrar a um mundo predominantemente branco, que ele é capaz intelectualmente e, esse duplo convívio universidade-trabalho, ao longo do tempo atenuaria as diferenças e o ódio.

Por hipótese, o ensino superior serve como elemento de sociabilidade entre negros e brancos nos espaços urbanos compreendido, especificamente, pela universidade e os locais de trabalho, o que pode reverter o ciclo vicioso da pobreza, da segregação, do racismo e da desigualdade.

Sobre a desigualdade na metrópole de São Paulo, Vérias (2004: p. 54) afirma que: “Realmente, verifica-se uma desigualdade muito grande de etnia, de cor, de cultura. E eu diria que, para entender São Paulo, é preciso ter a noção e aperfeiçoar sua escala, a escala macro e a escala micro, onde se dá o enfrentamento do ‘outro’, do diferente”.

A alteridade, a produção do outro, do diferente como forma de supremacia e dominação no espaço urbano reproduz a desigualdade social e econômica, também reproduz a pobreza ao autossegregar os iguais na porção mais rica da cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, mantendo o mais pobre e o negro na distante periferia.

O pobre, negro e morador da periferia é uma construção social e econômica determinada pela reprodução da desigualdade e do subdesenvolvimento como contradição ao processo de acumulação do modo de produção capitalista que determina e impõe qual é o lugar do negro no espaço urbano da metrópole a partir de uma ação etnocêntrica da classe dominante.

2. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os conceitos de periferia, segregação, pobreza e desigualdade são necessários como categorias de análise, dessa forma segue breve resumo destes termos a partir dos escritos de Marques (2005: pp. 30-45).

Periferia: um primeiro sentido - é o espaço onde são registradas diversas distorções produzidas pelo capitalismo periférico ou aquele praticado em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Também pode ser entendido como o local onde se associam loteamentos clandestinos, população operária, autoconstrução e ausência do Estado. As periferias de São Paulo denotam aos pesquisadores que a frequentam, um espaço heterogêneo, fato que supera a visão predominante de homogeneidade das periferias.

Segregação: de maneira extrema e completa, a segregação implica o total isolamento, o que sugere a ideia de gueto ou cidadela imposto por terceiros aos grupos sociais que são isolados, como o gueto de Varsóvia imposto pelos nazistas aos judeus na segunda guerra mundial; ou construídos pelo próprio grupo com a intenção de autoisolar-se, promovendo sua autosegregação, exemplo são os condomínios fechados como estratégia de

segurança, caracterizando-se como cidadelas ou enclaves fortificados¹. Para ambos os casos existem barreiras físicas para entrar no gueto ou sair do condomínio (cidadela ou enclave).

Em um segundo sentido, segregação significa desigualdade de acesso que pode designar dificuldade de acesso a políticas públicas ou de condições de vida de maneira geral.

Um terceiro sentido retrata a segregação como separação, ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano. Esse sentido de segregação segue a literatura de língua inglesa, tratando-se de uma investigação dos padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano de acordo com os seus padrões de renda, raça, escolaridade etc.

Marques chama atenção a outro elemento que necessita de conceituação, o que se chama usualmente de modelo, diz respeito à existência de uma possível forma típica de distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano. Esse modelo da sociologia urbana tem sua contribuição original realizada pela Escola de Chicago². Para o caso de São Paulo, existem autores que defendem que existem estruturas sociais que seguem a forma radial ou concêntrica (modelo de Burgess), outro grupo de autores sugere que os grupos sociais se organizam na metrópole na forma de setores similares ao modelo de Hoyt³.

Pobreza: esse tema é carregado de interesses políticos e sofre a influência direta de conteúdos ideológicos. Sofre a disputa de diversos atores políticos já que sua definição interfere diretamente no repasse de verbas

¹ Ver Caldeira (2000).

² De acordo com Vêras (2000: p. 28): baseado nas ideias de Park, Burgess e McKenzie. “Concebe-se numa analogia com processos biológicos, ou seja, a vida, no nível animal e vegetal, distribui-se de maneira ordenada no espaço, de acordo com os modos de adaptação a esse ambiente. Nesse sentido, a cidade aparece quase como ‘máquina de filtrar’ e discriminar os membros da população.” (...) “A cidade se organiza, pois, em áreas naturais, regidas pelos processos acima apontados, configurando zonas distintas, a saber: área central, intermediária, periférica, com características diferentes, respectivamente – concentração de negócios, áreas residenciais, subúrbios de classe operária.”

³ Modelo de Hoyt ou setorial: elaborado segundo observações em cidades dos EUA, ao contrário do modelo de Burgess, definia que as cidades tinham áreas de concentração das elites em forma, não de círculos concêntricos, e sim de setores de círculo a partir do centro. Num setor, que teria mais amenidades ou melhores condições de transportes, se desenvolveria uma área de moradias das elites. Para o lado oposto, haveria o desenvolvimento de um setor de círculo onde habitariam as classes menos favorecidas. Disponível em: http://www.geter.net.br/boca_cidades_capitalistas.html Acessado em: 03/10/2015.

públicas para o desenvolvimento de políticas públicas para combatê-la. O primeiro desafio, antes mesmo de combater a pobreza, é definir como será feita sua mensuração, de maneira usual é estabelecido uma linha de pobreza, no Brasil a linha de pobreza é fixada pelo governo federal em R\$ 154,00 *per capita*.

Desigualdade social: é a existência de características sociais distintas entre os diversos grupos sociais estabelecidas por alguma clivagem contínua ou dicotômica, como nas questões de diferenças salariais entre gênero ou raça, desigualdades que se estabelecem em função do local de moradia ou de trabalho no espaço urbano. A desigualdade das estruturas urbanas pode provocar um efeito cumulativo sobre os grupos sociais que se movimentam no território da metrópole, aprofundando e cristalizando tais desigualdades.

Desigualdade de acesso: surge da relação entre segregação e pobreza (ou desigualdade espacial). A desigualdade de acesso divide-se em dois tipos: a) acesso ao mercado de trabalho que gera oportunidades diferenciadas ou uma estrutura de oportunidades; b) acesso às políticas públicas que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana, minimizando a vulnerabilidade. A redução da desigualdade aumenta a sociabilidade entre os diversos grupos sociais da metrópole ao valorizar as peculiaridades, as especificidades de cada grupo. O acesso ao trabalho, à cultura, à cidade aumenta a autoestima do indivíduo e melhora seu bem estar, o coloca como protagonista na vida da cidade, por outro lado, quando não há todo esse intercâmbio com os demais grupos sociais o jovem tende a valorizar mais seu bairro, sua produção cultural, vendo na arte e na cultura as únicas maneiras de suplantar as adversidades, porém, o jovem da periferia precisa de oportunidades diversas a fim de se tornar um agente transformador da sua própria realidade e da sociedade.

3. SEGREGAÇÃO E RACISMO NO ESPAÇO URBANO

Não basta falar sobre a pobreza e a segregação de maneira distanciada, seguindo o senso comum ou, pior, se deixar aterrorizar por noticiários sensacionalistas e disseminadores do medo. A realidade na periferia é dura, violenta, mas existe vida, cultura, criatividade, gente que luta todos os dias para obter uma vida digna, um futuro melhor para si e para as gerações futuras.

Denota-se disso que não basta falar sobre essas realidades é, sobretudo, necessário falar com as pessoas e suas realidades, nesse sentido Bourdieu (2012: p. 159) afirma o seguinte:

Falar hoje de “subúrbio com problema” ou de “gueto” é evocar, quase automaticamente, não “realidades”, aliás muito amplamente desconhecidas daqueles que falam disso de muito bom grado, mas fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou o boato político veiculam. Mas, para romper com as ideias recebidas e o discurso corriqueiro, não basta, como se quer acreditar, “ir ver” o que existe. (...) É preciso, portanto, mais do que nunca, praticar o pensamento paradoxal que, dirigido ao mesmo tempo contra o bom senso e os bons sentimentos, se expõe a aparecer aos bem-pensantes dos dois lados, seja como um preconceito, inspirado pelo desejo de “causar admiração ao burguês”, seja como uma forma de indiferença insuportável relativamente à miséria dos mais carentes.

A segregação no espaço da metrópole leva à desigualdade social vista e presenciada na periferia, sobretudo ao não perceber o negro nos lugares, normalmente, frequentado por brancos. Um desses lugares é a universidade ainda pouco povoada por estudantes negros, mesmo quando a instituição de ensino superior localiza-se na periferia de São Paulo. É verdade que o acesso do negro vem crescendo, mas o maior impeditivo ainda é o econômico aliado à educação de baixa qualidade oferecida pelo Estado na periferia pobre composta em sua maioria por negros (ver mapa 1 sobre concentração da população negra na cidade de São Paulo).

Telles (2003: p. 173) explica a segregação racial no Brasil da seguinte forma: “A pequena mas rica literatura sobre segregação residencial no Brasil sugere que razões econômicas, o racismo no mercado imobiliário e a etnicidade podem em conjunto ser responsável pela segregação racial.”

Sobre os efeitos da segregação, Marques (2005: pp. 42-45) afirma que a segregação socioespacial provoca uma menor sociabilidade do indivíduo da periferia o que reduz a sua rede de contatos, restringindo, portanto, as várias oportunidades de acesso ao emprego, a outros grupos sociais, a espaços físicos e sociais da metrópole; restringe ainda as oportunidades de mobilidade social o que perpetua a sua situação de pobreza e vulnerabilidade. A segregação, ainda, reduz o sentimento de pertencimento desse jovem pobre da periferia o que se agrava ainda mais quando ele é negro, pois passa a sofrer outros tipos de discriminação, além de sua condição econômica e de local de

moradia. De forma geral, o pobre é definido pelos bens materiais que não possui e não pelo que efetivamente tem.

As razões da segregação e pobreza da população negra na cidade de São Paulo podem ser encontradas no livro “Branços e negros em São Paulo” publicado em 1959 por Roger Bastide e Florestan Fernandes, a seguir são expostas algumas implicações sociológicas a esse respeito.

Sobre a questão da cor e estrutura social da cidade de São Paulo, Fernandes (2008: pp. 91-94) afirma que a situação econômica manteve o negro, constantemente, no nível social mais baixo da sociedade paulistana. Para tal fato o autor expõe três implicações:

a) “na seleção da mão e obra sempre prevaleceram motivos que nada têm a ver com a raça ou a cor dos trabalhadores.” Para os moradores brancos de São Paulo não importava quem executava o trabalho, escravo (africano, indígena, mestiço, mulato, quase branco) ou o imigrante europeu e que a ele era transferido o *status* de escravo, surgindo daí diversos conflitos. O fato é que foram econômicas as razões pelas quais os brancos paulistas se utilizavam de mão de obra escrava e depois de mão de obra livre.

b) “a raça ou a cor não exerceram por si mesmas, aparentemente, nenhuma influência como fatores sociais construtivos na constituição ou na transformação da ordem de ajustamento inter-racial.” A estratificação social em São Paulo está relacionada diretamente com a raça ou cor que exprime a condição econômica.

c) “as condições sociais de exploração econômica da mão de obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em torno da raça ou da cor, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação da dinâmica dos ajustamentos entre negros e brancos em São Paulo.”

Pereira (1996: pp. 75-78) afirma que o racismo no Brasil é ambíguo, ou seja, uma forma bem brasileira de racismo é o que sugere o título de seu texto “Racismo à brasileira”. Para tanto, ele faz algumas perguntas e afirmações ambíguas na abertura de seu texto: “O Brasil é um país racista? O Brasil é uma democracia racial? Sim e não. Somos racistas e não racistas. Somos democráticos e não democráticos no plano das relações raciais.”

Sobre a ambiguidade do racismo brasileiro Pereira afirma: “Talvez, uma forma de tratá-la seja apreender essa ambiguidade através de, pelo menos, quatro pares, até certo ponto, dialéticos.” São eles:

a) racismo verdadeiro e racismo falso: o que vem a ser racismo? Historicamente é uma forma execrável de dominação como o nazismo ou o *apartheid* na África do Sul, é isso que está no imaginário social. Para os que avaliam as tensões étnicas dessa perspectiva, racismo seria uma expressão muito forte para classificar a discriminação e preconceito que permeiam as relações de raça no Brasil. Deste ponto de vista, o clamor das vítimas desse racismo contemporâneo, à brasileira, soa falso aos ouvidos daquele que domina, pois o compara com o racismo “verdadeiro”.

b) o discurso e a prática social: a apologia da igualdade e da harmonia racial está entre os brasileiros, mas na prática no cotidiano ninguém assume ser preconceituoso, a discriminação quem comete é o outro.

c) o negro e a sua cultura: as manifestações culturais e religiosas africanas sincretizadas foram totalmente incorporadas à cultura brasileira, tornando-se indissociável, dessa forma a cultura do negro ganhou prestígio social, denotando ao Brasil feições de um país aberto, sem preconceitos e da democracia racial. Contraditoriamente, o negro permanece cerceado dos seus projetos de ascensão e participação social.

d) raça e classe: aqui se manifesta a desconcertante desigualdade social que parece se naturalizar entre os brasileiros, mesmo sendo uma sociedade multirracial, a presença majoritária dos brancos nos bairros mais ricos, em profissões como a medicina contrasta com a pobreza que vive a maioria dos negros. A condição da raça, a negra, lhe impõe a condição de classe, a pobre.

Telles (2003: p. 173-180) expõe seus argumentos sobre as consequências da segregação racial no Brasil.

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas.

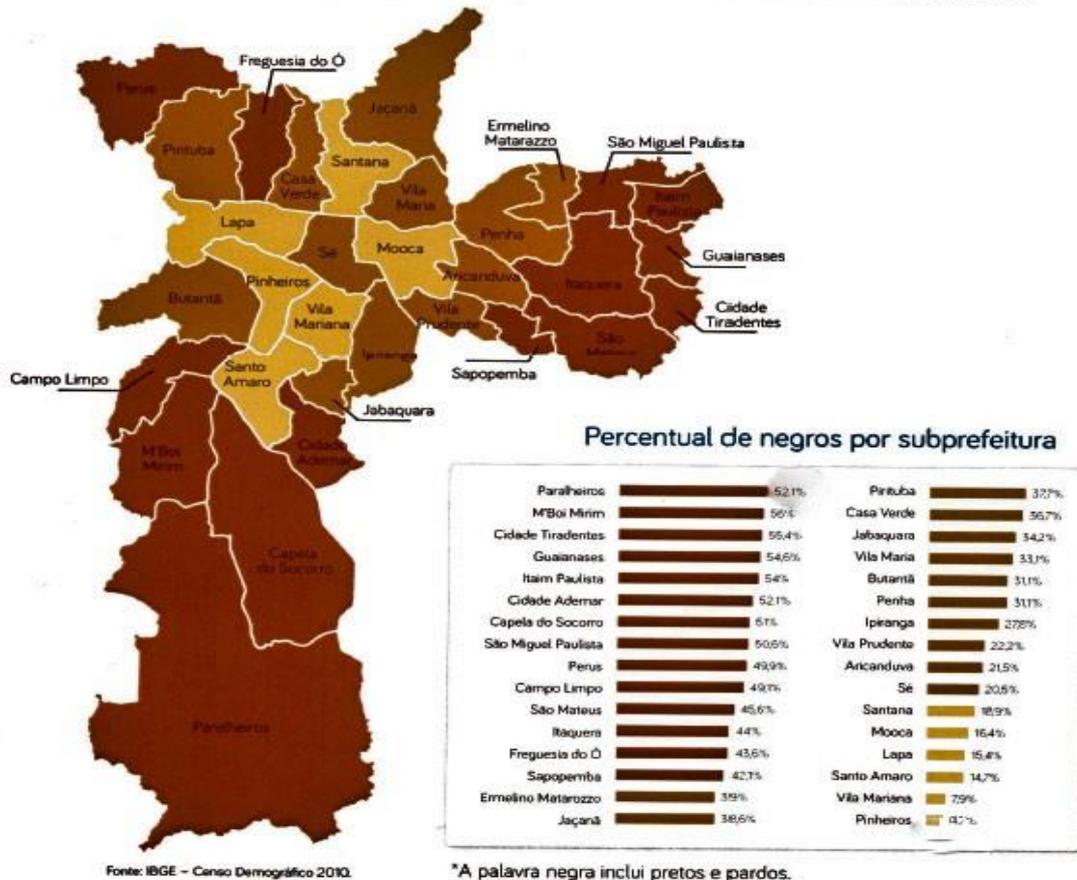
Em se tratando do local de moradia na cidade de São Paulo, o mapa1 é elucidativo. Com base nos dados censitários de 2010 e organizados por subprefeituras da cidade, o relatório da SMPiR - Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios - evidencia que os bairros com melhor infraestrutura urbana, oferta de empregos e oportunidades, os chamados bairros ricos, são compostos quase que exclusivamente por moradores brancos, exemplos são os bairros que compõem as subprefeituras de Pinheiros com 7,3% de moradores negros e a Vila Mariana com 7,9%. Já nos bairros que compõem a subprefeitura de Parelheiros (extremo sul da cidade) a população de negros é de 57,1%. Outro exemplo é Cidade Tiradentes (extremo leste) com 55,4% de negros em sua população.

As diferenças não param por aí. Dentro da subprefeitura de Pinheiros existe diferença na renda por domicílio mesmo quando se mantém o nível da oferta de emprego e educação, há diferenças raciais. Os domicílios que tem como chefe de família o branco, a renda média é de R\$ 17.737,14, enquanto no domicílio chefiado pelo negro e, também morador de Pinheiros, tem renda média de R\$ 9.228,74, portanto 1,9 vezes menor. Já em Parelheiros, a renda média do domicílio chefiado por branco é R\$ 2.254,87 e de negro é R\$ 1.780,76, 1.2 vezes menor.

MAPA 1 - CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO – POR SUBPREFEITURA

CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO

A população negra concentra-se nas periferias da cidade em locais com poucas oportunidades de emprego. Em locais como Parelheiros, a população negra* chega a 57,1%, enquanto em zonas centrais como Pinheiros é de apenas 7,3%.



Fonte: SMPiR - extraído do relatório IGUALDADE RACIAL EM SÃO PAULO: AVANÇOS E DESAFIOS da Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial do Município de São Paulo.

De forma global para o município de São Paulo, os domicílios chefiados por homens negros apresentam rendimento domiciliar 2.6 vezes menor que os chefiados por homens brancos, R\$3.180,81 e R\$8.225,23 respectivamente. Para as mulheres o padrão se repete os domicílios chefiados por mulheres brancas, o rendimento domiciliar era 2.3 vezes maior do que os chefiados por mulheres negras, R\$5.643,66 e R\$2.484,12 respectivamente.

A população negra da região metropolitana de São Paulo (RMSP) em sua maioria mora na periferia, constituindo-se parte da parcela mais pobre da população residente nas franjas da cidade de São Paulo e nos municípios limítrofes da capital. Desenha-se, portanto, o processo de segregação urbana e desigualdade da cidade de São Paulo, acompanhado pela RMSP. Exceção feita a bairros da cidade de São Paulo que foram ocupados historicamente

pelas comunidades negras, neles surgiram escolas de samba, como são os casos do Bairro da Bela Vista (região central da cidade e próximo a Av. Paulista) e do Bairro da Casa Verde separado dos Bairros do Bom Retiro e da Barra Funda (bairros do limite noroeste da região central da cidade) pelo Rio Tietê.

Essa segregação involuntária é acompanhada historicamente pela pobreza, exclusão, falta de oportunidades, mobilidade urbana e desigualdade de acesso ao mercado de trabalho e às políticas públicas, como consequências da organização do espaço urbano que, na maioria das vezes, segue a lógica do capital imobiliário. Têm-se aqui dois vetores determinantes da segregação, o primeiro dividido em dois momentos, na atualidade o racismo como discriminante socioeconômico e no passado o racismo como discriminante político, social e econômico. Segundo vetor, o local de moradia determinado pelo preço da terra urbana e que deriva das condições socioeconômicas que empurrava as parcelas mais pobres da população, inclusive os negros, cada vez mais para regiões distantes das áreas centrais da cidade. Áreas distantes do centro, desprovidas de infraestrutura básica, menor custo da terra e com um custo de vida menor, portanto essa população, mais pobre, passava a morar mais longe das melhores oportunidades de emprego, educação e lazer.

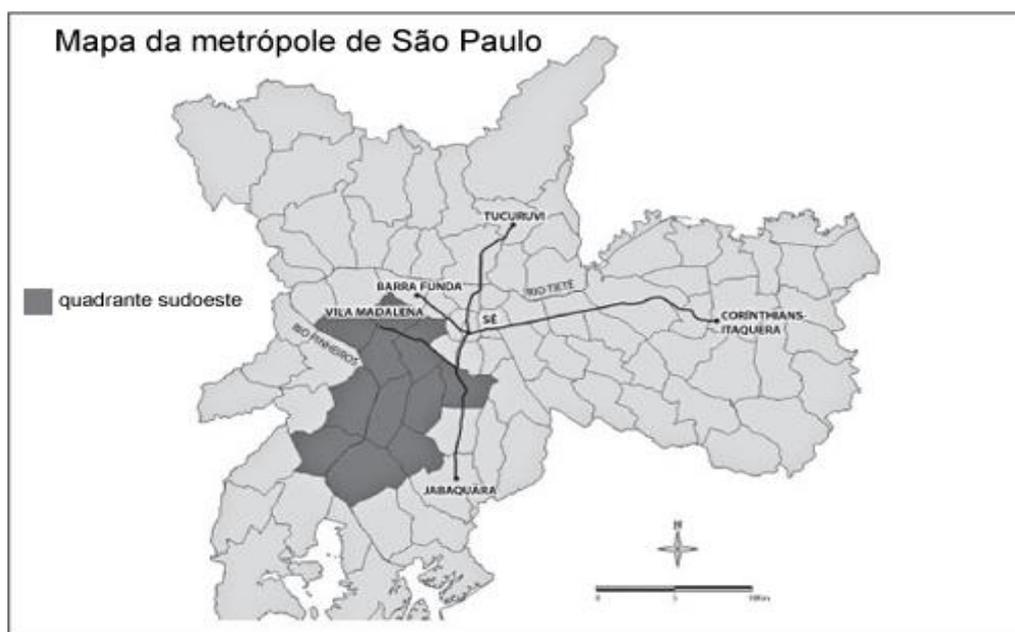
Contraditoriamente, um conjunto de bairros da cidade de São Paulo localizado na região do sudoeste também é marcado pela segregação, especificamente pela autosegregação, constituindo-se na porção mais rica da cidade, com os menores índices de homicídios, diversas opções de lazer e cultura, acesso fácil ao transporte público, farta oferta de empregos e uma população de moradores eminentemente branca.

Villaça (2012; pp. 46-49) aborda a segregação moderna da cidade de São Paulo a partir do surgimento dos condomínios fechados como fruto de um processo complexo de autosegregação da porção mais rica. Essa segregação ocorre por fatores históricos articulados às questões da estrutura urbana e as esferas econômicas, políticas e ideológicas da sociedade.

Villaça segue afirmando que no passado a segregação urbana dos mais ricos ocorria em bairros constituídos para isso, como são os casos dos bairros do Pacaembu, Jardim América e Alto de Pinheiros e que sob o ponto de vista de novidade imobiliária, não se distinguem dos modernos condomínios

fechados. Vincula-se a necessidade dos condomínios fechados aos fatores como segurança, violência urbana, interesses imobiliários e cultura, outra maneira de explicar tal fenômeno é pelo fundo moral e ético. Mas para Villaça a segregação urbana ocorre por fatores político-ideológicos, pelo aspecto de classe, não em um bairro, mas em um conjunto de bairros. Assim, a porção mais rica da cidade de São Paulo não está no centro histórico ou em volta dele, mas sim no quadrante sudoeste da cidade, que se estende a partir do espigão da Av. Paulista até a antiga várzea do Rio Pinheiros (ou eixo da Marginal Pinheiros), abrangendo os bairros dos Jardins, Vila Mariana, Moema, Ibirapuera, Brooklin e Morumbi mais ao sul e para o oeste os bairros de Pinheiros, Alto de Pinheiros, Vila Madalena, Pacaembu e Higienópolis. Conforme demonstra o Mapa 2 – Quadrante sudoeste da cidade de São Paulo.

MAPA 2 – QUADRANTE SUDOESTE DA CIADA DE SÃO PAULO



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
fonte: São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade Social

A segregação produzida na porção sudoeste é também explicada no sentido da produção capitalista do espaço. Para Bourdieu (2012: p. 161) o espaço social produz efeitos no espaço físico, como segue:

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (em

função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.

De maneira complementar, Vêras (2004: p. 53) afirma que a partir do fenômeno da desconcentração industrial, a cidade de São Paulo transformou-se em uma cidade do terciário, especialmente os serviços altamente especializados.

Por um lado vê-se o terciário avançado, mas mesmo assim continuam empregando trabalhadores sem especialização nos serviços e no comércio. As indústrias rumaram para algumas cidades da RMSP, mas principalmente para o interior do estado de São Paulo próximo a RMSP num movimento de espraiamento.

Voltando a Vêras (2004: pp. 53-54), a autora afirma que a mudança do perfil econômico da metrópole produziu pobreza estrutural e a pobreza conjuntural, uma nova pobreza produzida pelo desemprego tecnológico. Já os setores econômicos ligados à gestão do capital e alta tecnologia expandiram-se na porção sudoeste da metrópole e do município-sede de São Paulo o que corrobora com a posição de Villaça (2012).

Vêras (2004: p. 52) contextualiza a desigualdade na condição socioeconômica do subdesenvolvimento que acomete mesmo países industrializados como o Brasil:

Abaixo, portanto, da linha do equador, o tema da desigualdade e da iniquidade sociais tem de ser contextualizado no subdesenvolvimento, na nossa situação de subdesenvolvimento industrializado, na existência – como diz Lúcio Kowarick -, do subcidadão público. Embora os direitos políticos possam ser extensivamente conquistados, a cidadania não se generalizou entre nós: existem preconceitos, crimes torturas, espancamentos, chacinas, uma enorme violência.

Santos (2004: 21) afirma que as disparidades de renda são menos importantes em países desenvolvidos e acaba por influenciar pouco o acesso ao conjunto de bens e serviços da economia, mas nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito, sendo que o nível de renda é função da localização dos indivíduos, os quais acabam por determinar a situação de cada um como produtor e do mercado consumidor.

4. DESIGUALDADE E CONTRADIÇÕES NO TERRITÓRIO URBANO

O preconceito diário nas cidades talvez ganhe mais intensidade no convívio desigual assistido todos os dias e há décadas na cidade de São Paulo, fruto da desigualdade determinada pela reprodução da pobreza, no poder hegemônico que se funde na classe e na raça e presente ideológica e politicamente no sistema contraditório de “casa grande e senzala”. O elitismo, o etnocentrismo que por vezes denota-se como autoritarismo está presente nas relações sociais do espaço urbano, nas relações profissionais, no *shopping center*, nos condomínios, na universidade etc.

Para Kowarick (1983: p. 23) a postura elitista e autoritária tem raízes nos discursos ideológicos e aponta dois fatores para isso. O primeiro diz respeito ao predomínio ideológico da cultura dominante que entende que há sociedade brasileira é harmoniosa o que leva ao mito da democracia racial. Em segundo lugar, os conflitos sociais são excepcionais, não fazendo parte das tradições da sociedade brasileira. Essa postura pode ser orientada pela ideia da contaminação social, na qual determinados grupos sociais se distanciam ou contestam o pensamento da classe dominante é porque, segundo essa mesma classe dominante, o grupo distanciou-se de seu caminho natural tendo sido infectado por alguma ideologia estrangeira que afronta os padrões morais e sociais da pátria Brasil.

Essas forças passam a controlar o Estado e não mais os anseios da sociedade civil organizada, havendo uma inversão nas condições de existência de uma sociedade democrática. A elite dominante passa a determinar o que é bom ou ruim para a população em geral, principalmente aos mais pobres por meio de leis criadas e aprovadas dentro do espectro ideológico dominante.

Nesse sentido Kowarick afirma que as condições de cidadania devem ser resgatadas, a sociedade civil deve ocupar sua posição de protagonismo no desenvolvimento garantindo para si os benefícios materiais e culturais advindos das lutas sociais por garantias mínimas de vida no espaço urbano.

Desde a redemocratização do país pós 1985, a aprovação da constituição cidadã em 1988 e até os dias atuais, é presenciada rotineiramente os ataques feitos pelos grupos dominantes, por meio da grande mídia, a qualquer tipo de reivindicação que venha dos grupos sociais minoritários. A luta

pela terra urbana é frequentemente colocada como sendo um ato de bandidos, com as lutas sindicais ocorre o e mesmo e no movimento negro não em busca de justiça social não é diferente, basta notarmos o discurso elitista e desqualificador que existe sobre as políticas de cotas e ao Programa Bolsa Família do governo federal.

Kowarick (1983: pp. 29-33) avança sua análise sobre a distribuição espacial da população na RMSP afirmando que existe uma lógica da desordem. O quadro caótico sobre o espaço urbano que se apresenta a partir de 1930, 1940. Surgem e se expandem os bairros periféricos, concomitantemente, a segregação já se anuncia. Os mais pobres, portanto, habitam não só os cortiços e as favelas, mas também as áreas mais periféricas de caráter clandestino ou não, mas em ambas as situações carentes de infraestrutura urbana, com sérias dificuldades de acesso e mobilidade urbana. Essas áreas da cidade serviram como moradia para uma mão de obra barata e desqualificada caracterizada como um exército industrial de reserva que atendia a indústria instalada na RMSP.

De acordo com Vêras (2004: p. 50), esse exército industrial de reserva que atendia a economia da RMSP nos anos 1970, hoje perdeu sua utilidade, tornando-se economicamente desnecessário, surgindo então, a exclusão por não ser mais reserva, constituindo em um estorvo.

A periferia, para Kowarick (1983: p. 41), constitui-se como fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades, decorrente do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira. Sendo que de um lado produziu forte acumulação capitalista por intermédio da exploração do trabalho assalariado, e de outro, fez surgir formas de espoliação principalmente no que tange a forma de aquisição da moradia por essa massa trabalhadora pelo regime de autoconstrução, no qual o trabalhador além de trabalhar a semana toda ainda tinha que trabalhar aos finais de semana, por vários anos, para construir sua casa, por vezes em áreas invadidas. Quando em áreas legalizadas, o lote de terra adquirido por essa massa trabalhadora era fruto de estratégias das companhias imobiliárias. Uma estratégia bem comum utilizada ao longo dos anos 1960 a 1980 consistia em lotear uma área mais distante em um vazio urbano, logo os moradores desse novo loteamento precisariam de transporte coletivo, a comunidade e, por vezes, o próprio

loteador pressionavam o poder público, assim a linha de ônibus que parava no bairro distante estendia seu ponto final até o novo bairro, o mesmo ocorria com outros serviços públicos. As terras vazias localizadas entre o bairro novo e o bairro mais próximo se valorizavam, aumento da taxa de lucro do proprietário da terra que por vezes era a própria companhia imobiliária.

Essa ocupação caótica do solo urbano da RMSP tem como causa o intenso fluxo migratório. Primeiro pelos imigrantes europeus, em sua maioria, italianos espanhóis e portugueses, fluxo que se estende desde 1870 até 1950. O segundo fluxo, 1930 até 1970, constitui-se de migrações internas, preponderantemente de nordestinos fugidos da seca e em busca de melhores condições de vida na pujante indústria paulista. O crescimento da população paulista ocorre de maneira vertiginosa tendo como decorrência a ocupação urbana desordenada que por sua vez obrigou a população a conviver diariamente com os problemas de mobilidade urbana, enchentes, segregação socioespacial e desigualdade.

Baeninger (2011: p. 55) utiliza os dados da Fundação Seade e do Censo do IBGE para mostrar o intenso crescimento da população paulista. Em 1940 a população do Estado de São Paulo (ESP) é superior a 7,1 milhões de habitantes e em 2010 chegou a mais de 42,1 milhões, um crescimento da ordem de sete vezes no período de 7 décadas. A RMSP em 1940 com cerca de 1,5 milhão de habitantes chegou em 2010 com 20,1 milhões, 13,4 vezes maior ou quase o dobro do crescimento populacional do ESP para o mesmo período. A taxa média anual de crescimento da população nas décadas de 1940 a 1970 estava por volta de 3% para o ESP e 5% para RMSP, diminuindo sensivelmente nas décadas seguintes.

Já a capital do estado, em 1940 tinha uma população de 1,3 milhão de habitantes e de 11 milhões em 2010, representando um crescimento de 8,4 vezes ao longo de 70 anos. Com uma taxa média anual de crescimento superior a 5% para as décadas de 1940 e 1950 respectivamente, caindo para 4,45% na década de 1960, 3,58% na década de 1970 e 1,15% na década de 1980, chegando aos dias atuais a uma taxa média de crescimento da população inferior a 0,5%.

Sobre a distribuição espacial da população exercida por uma territorialidade burguesa, Vêras (2003: p. 25) afirma que:

(...) obedece às leis do mercado imobiliário e é efeito de decisões de governo e de políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas à discriminação e à segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação.

A autora segue afirmando que a desigualdade no território urbano se expressa não só pelas condições de moradia e do nível de vida de sua população, mas também pelos seus impactos produzidos no perfil cultural e ocupacional de seus moradores. Impacto sobre aqueles que moram em áreas desprovidas de equipamentos públicos de lazer e de educação, precários serviços essenciais à vida individual e social.

As diversas realidades vividas na cidade de São Paulo acabam por estimular, ainda mais, a cisão urbana e social, na qual se vive ao mesmo tempo a riqueza e *glamour* das grandes empresas, negócios e marcas mundiais com profissionais de nível internacional, enquanto que por outro lado a pobreza, as favelas e a mão de obra desqualificada ocupam as maiores porções da cidade e da população.

A globalização por si só não explica a dualidade e a segregação contidas na metrópole industrial ou na cidade global, mas a análise marxista pode explicar o processo de produção capitalista, seja ela em termos locais ou ainda sob a égide do capital internacional tendo a cidade como um nó na intrincada rede da produção capitalista da sociedade informacional. De uma forma ou de outra o espaço urbano parece sofrer alterações sofisticadas e profundas quando atende aos interesses da classe dominante nacional e internacional e, por outro lado, a classe trabalhadora não especializada é segregada nas periferias em condições de vida, muitas vezes subumanas. Em resumo, tal quadro define uma situação de divisão e/ou luta de classes baseado no binômio capital-trabalho.

Neste sentido Levy *apud* Carvalho (2000: p. 73) afirma que: “Os estudos sobre cidade global não negam que a apropriação do espaço urbano seja desigual, mas parecem sugerir que decorre da diferença na renda auferida pelos grupos profissionais polarizados”.

Mesmo assim o processo é assimétrico e desigual, dando a impressão que para a sustentação deste sistema se faz necessário à alienação de parte

da força de trabalho e a segregação social, econômica e espacial de outra parte.

Taschner e Bógus (2001: p. 37) a respeito das grandes cidades de países em desenvolvimento e sua dinâmica urbana dual, afirmam o seguinte:

Dentro desse quadro, qual seria a dinâmica urbana das grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento? Nos polos urbanos do chamado Terceiro Mundo sempre existiram contrastes fortes entre as elites locais e os pobres marginalizados. São Paulo assiste a uma perda de emprego industrial, a uma redução do incremento demográfico e a um menor crescimento do PIB por habitante. A pobreza visível aumentou com o crescimento de favelados e sem-teto.

Aqui merecem algumas reflexões, destacam-se alguns aspectos que dizem respeito à heterogeneidade territorial da cidade de São Paulo em função da renda, mas existe um comportamento regular da espacialidade que segue o modelo centro-periferia, na qual porções de terra descontínuas e distantes entre si possuem indicadores socioeconômicos similares, o que demonstra a expulsão dos menos assistidos para a periferia do sistema. As causas para isso são diversas, indo desde o modelo de ocupação da terra nas maiores cidades brasileiras, passando pela intensa urbanização da metrópole paulista e indo até a polarização em determinadas regiões da cidade de São Paulo.

Véras (2000: p. 22) aponta que se por um lado o fato de São Paulo ser considerada uma cidade global é bastante polêmico, por outro concentra as polaridades das cidades globais no que tange a processos contraditórios que levam a reconfiguração do espaço urbano. O que significa dizer que há a tendência da desconcentração metropolitana, os processos de terceirização aliados à diminuição do número de empresas com o avanço do terciário avançado, dos condomínios e *shoppings* de luxo, contraditoriamente à crescente exclusão e miséria social, aumento do desemprego e da informalidade, periferias desequilibradas com crise de moradias populares.

Aparentemente o fato da cidade de São Paulo ser uma cidade global não atenua as desigualdades locais, regionais ou nacionais. Neste ponto particular a globalização pode ter inserido a cidade no conjunto de cidades globais, por ter um terciário avançado e uma quantidade de serviços, interligações de interdependência que a colocam na condição de um nó na sociedade em rede informacional.

O modelo excludente de crescimento da cidade de São Paulo, historicamente empurrou os pobres e os negros para a periferia da cidade o custo da terra e o custo de vida são mais baratos, mais recentemente, a periferia estendeu-se para algumas cidades da RMSP, nas quais o custo da terra é ainda menor.

Portanto, a organização do território da cidade de São Paulo, não seguiu interesses e prioridades sociais, mas sim os interesses da classe dominante e do capital imobiliário orientado por uma ideologia excludente e elitista, na qual os mais pobres e negros devem ficar bem longe da “casa grande”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à segregação socioespacial, à desigualdade e ao racismo passa obrigatoriamente pela educação formal do ensino técnico e superior. A Escola e, sobretudo, a universidade se põe em nossa sociedade como espaço de luta das minorias por igualdade, não á toa esse espaço foi cerceado ao negro e ao pobre por séculos.

A educação é uma das maneiras mais eficazes de se romper o ciclo vicioso da pobreza, quando questionadora e estimuladora provoca a consciência de si e de pertencimento a um grupo ou classe, o acesso ao emprego e a necessidade de reivindicação de direitos.

O jovem negro ao tomar para si o espaço da universidade intensifica os seus laços internos e tem a possibilidade, o que não tinha antes, de construir pontes para fora de sua comunidade de baixa renda. A educação de forma geral, mas a de nível superior se classifica como uma das condições para a redução das consequências da segregação, pois aumenta a sociabilidade interracial e interclasses e as possibilidades de diminuição da desigualdade social por inserir o negro no mercado de trabalho de maneira competitiva disputando os cargos profissionais mais bem remunerados. O convívio entre brancos e negros de maneira mais igualitária reforça os vínculos e laços sociais não só na universidade e no ambiente de trabalho, mas servindo como uma espiral positiva que se projeta por toda a sociedade invadindo as gerações futuras.

O estudo de Baptista e Borin (2015) sobre a RMSP em relação à organização social do território e a desigualdade de oportunidades educativas

constata que as melhores condições educacionais estão nos espaços mais privilegiados reforçando a tese do educador Anísio Teixeira sobre a “escola seletiva”, que reproduz a segregação por meio da educação.

Contudo, houve uma evolução significativa do acesso do jovem negro de 18 a 24 anos na universidade. Os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para o Brasil apontam que em 1993 apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade contra uma proporção de 7,7% dos jovens brancos. Em 2002 a proporção salta para 3,8% de negros e 15% de brancos. Já em 2013 as proporções são ainda maiores, mas mesmo assim a desigualdade permanece, pois 40,7% dos jovens negros de 18 a 24 estão matriculados no ensino superior e o número de jovens brancos chega a 69,4% desse grupo. Esse comportamento de melhoria do nível de escolaridade do brasileiro e em específico da parcela negra da população se evidenciada também na cidade de São Paulo conforme apresenta o relatório da SMPiR - Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios da Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial. O relatório compara os dados dos censos do IBGE de 2000 e 2010 relativos à evolução do nível escolar dos indivíduos com idade entre 18 e 39 anos. Especificamente para os indivíduos com formação superior na faixa etária especificada, no ano de 2000 tinha ensino superior completo 12,4% dos brancos e em 2010, o percentual quase que dobrou, 24,%. No caso da população negra a evolução é ainda melhor em termos percentuais, em 2000 eram 2,2% e 2010, 6,6%. Triplicou o número de negros com formação de nível superior no período de dez anos, porém relativamente ao total dessa população os números demonstram-se tímidos.

Com a ampliação desse novo quadro, a expectativa é de encontrar áreas de atrito no campo social e do trabalho, já que o jovem negro universitário vai, aos poucos, chegando a lugares eminentemente de brancos. Já é lugar comum escutar a frase proferida, normalmente, por indivíduos com forte postura elitista quando incomodados com a questão da cor do outro, com o diferente: “Nos dias de hoje eles não sabem mais qual é o seu lugar.” Ou de forma imperativa: “Ponha-se no seu lugar.” O atrito indica que esse novo jovem negro, profissional e cidadão não se deixa intimidar, se faça respeitar exigindo postura ética e legal de quem se opõe a ele.

Nesse contexto esperado, as contradições e os conflitos ganham visibilidade, parte conservadora da elite indigna-se ao ver o negro, o pobre na sala de embarque do aeroporto, o filho do porteiro do condomínio na universidade pública, no restaurante com a família ou no *shopping center* de luxo, ou seja, ousando sair do seu lugar, a periferia, e ocupar os lugares exclusivamente construídos aos brancos e bem nascidos.

De maneira mais ampla é esperado encontrar jovens que valorizem sua ancestralidade, sua raça evidenciada pelas demonstrações de orgulho de sua culturalidade e autoestima; que tenham forte sentimento de pertencimento, que a cidade como um todo também é sua e não apenas a periferia; ter a percepção de que novos espaços urbanos e grupos sociais foram conquistados.

Espera-se, ainda, encontrar indivíduos que influenciem e transformem os novos espaços e seus indivíduos, que a ideologia dominante e opressora não lhe tenha cooptado.

Por fim, espera-se que as afirmações de Paulo Freire, a seguir, não se confirmem:

"Em sua alienação, os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo." (FREIRE, 1980)

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor." (FREIRE, 1983)

E que a afirmação a seguir se confirme:

"É a superação da contradição que traz ao mundo o homem novo, não mais oprimido nem opressor, o homem que é para si, o homem autônomo." (FREIRE, 1983)

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. *Crescimento da população da Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX*. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (org.). São Paulo: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da MetrÓpole, 2011.

BAPTISTA, D. M. T.; BORIN, M. E. S. *Organização social do território e desigualdade de oportunidades educativas*. In: BÓGUS, L. M. M.;

PASTERNAK, S. (org.) São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Mônica de. *Cidade-global: anotações críticas sobre um conceito*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva. Out. 2000, vol. 14, nº 4, p. 70-82.

FERNANDES, Florestan. *Cor e estrutura social em mudança*. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Global Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARQUES, Eduardo. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.

PEREIRA, J. B. B. *Racismo à brasileira*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHWARCZ, L. M. A questão racial brasileira vista por três professores. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SMP. *IGUALDADE RACIAL EM SÃO PAULO: AVANÇOS E DESAFIOS*. Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial do Município de São Paulo. 2015.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. *A cidade dos anéis: São Paulo*. In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz (org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

TELLES, Edward E. *Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TORRES, Haroldo (et al.). *Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.

VÉRAS. M. P. B. *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Nobel-Educ, 2000.

_____ *Diversidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo: Educ, 2003.

_____ (org.) *Hexapolis*. São Paulo: Educ, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012.